

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

**Data:** Junho/2009

## **Mudança climática: decisão já!**

*Fernando Henrique Cardoso*

A profundidade da crise financeira global foi tão grande que tem sido quase imperativo concentrar as atenções em suas conseqüências. Mas há crises mais sérias e de conseqüências mais duradouras. Tudo somado, a economia brasileira está se saindo melhor em comparação não só com os países ricos, mas também com os emergentes. O mesmo não se pode dizer sobre a crise prenunciada pelo aquecimento global: ainda são muito tímidas as medidas tomadas para contê-lo, seja no exterior, seja no Brasil.

Apesar dos esforços e do trabalho de muita gente na sociedade civil e no governo, ainda não se dá a atenção devida ao tema. José Goldemberg, Washington Novaes e Xico Graziano, nesta mesma coluna, não se cansam de advertir para a necessidade de o Brasil dispor de uma política ambiental consistente. E na *Folha*, Marina Silva, da mesma maneira, grita contra os desmatamentos, amazônicos e outros mais; assim como Fabio Feldmann, há anos, incentiva os Fóruns sobre Mudança Climática. Mas nem mesmo a maioria das pessoas atua, no dia a dia, de modo conseqüente com a necessidade de preservar o ambiente para obter melhor qualidade de vida. Colaborar individualmente implica em novos hábitos de comportamento, que requerem muita determinação. A solução mais simples é responsabilizar os governos ou “os outros”. E os governos em matéria ambiental, em geral, se movem lentamente, postergando decisões ou sendo complacentes com interesses contrários ao que proclamam.

Escrevo isso sob o impacto de dois encontros de que participei recentemente. Um, em Marrakesch, no Marrocos, na reunião de um grupo criado por Nelson Mandela, os *Elders* (os Veteranos em tradução benevolente), composto por pessoas como Jimmy Carter, Kofi Annan, Gro Brutland, Mary Robinson e mais meia dúzia de líderes que deram sua contribuição nacional e ora se ocupam de problemas globais. Este grupo cuida de interferir em áreas de tensão política para criar condições que levem à reconciliação. Mas

os grandes desafios mundiais, como as questões climáticas, não são alheios a suas preocupações e atividades. Com o incentivo de Gro Brundtland (que foi coordenadora do informe da ONU sobre Um Futuro Comum, no qual se difundiu a noção de desenvolvimento sustentável), os Elders insistem na urgência de se efetivarem políticas que reduzam o aquecimento global.

Não foi outra a pregação recente de Bill Clinton em sua estada em São Paulo. Com senso de estadista, Clinton proclama que a hora é agora: na reunião que haverá em Copenhague em dezembro próximo deverá ser aprovado um documento que complementar a Convenção do Clima. Espera-se que o novo documento represente uma evolução em relação ao Acordo de Kyoto, que prevê mecanismos para reduzir as emissões de gases de estufa. Estes gases, formam uma película que envolve o planeta e impede a dispersão do calor gerado pela atividade humana. A anterior posição dos países em desenvolvimento era a de que, sendo dos países desenvolvidos a “responsabilidade histórica” pelo efeito estufa, eles deveriam reduzir as emissões que o ocasionam e que têm como fonte geradora principal a energia produzida por combustíveis fósseis. Tudo isso é certo, mas, com o crescimento das economias emergentes, especialmente China, Índia e Brasil, estes países agravam a situação.

O Brasil pode aceitar metas de redução da emissão dos gases de estufa mais facilmente do que a China e a Índia pela simples razão de que nossa matriz energética é mais limpa, utilizando fundamentalmente fonte hidráulica. A contribuição brasileira para o aumento das emissões de gases de estufa (como o CO<sub>2</sub>) decorre basicamente da queima das florestas, e não primordialmente de emissões originadas pelas indústrias e pelos transportes. Sendo assim, por que o Brasil não assume uma posição mais audaciosa e aceita participar da redução vigorosa de emissões de gases de estufa, posto que dispõe de meios para reduzi-los sem comprometer seu crescimento econômico? O tema é de vontade política. Se assumisse esta postura, o Brasil talvez levasse a China e a Índia a o acompanharem. Os EEUU, até hoje, a despeito das boas disposições de Obama, relutam em assumir metas de redução. Com uma posição brasileira mais radical na questão e, sobretudo, se China e Índia nos acompanhassem, teríamos cacife para, junto com a Europa, forçar os EEUU a assumir compromissos maiores.

Deveríamos adotar a posição aparentemente radical, mas salvadora, da meta de

desmatamento zero, pois não se trata apenas de queimar menos árvores, mas de derrubá-las menos, dado o efeito positivo que as florestas exercem sobre o clima. Para que esta meta não venha a ser considerada instrumento contrário ao desenvolvimento econômico, o governo deveria fixar um zoneamento agro-pastoril transparente. Temos abundância de terras aráveis e de pastoreio cujo uso é suficiente para o plantio da cana e da soja e para a criação de gado sem ameaçar a Amazônia, o Pantanal ou os demais biomas.

Colocar a questão em termos de oposição entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental é mera cortina de fumaça, seja para continuar a desmatar sem cautela, seja para travar uma luta “pseudo-progressista” contra a agricultura. Por outro lado, é um despropósito proclamar que o plantio da soja ou da cana necessariamente se dá em prejuízo da alimentação humana e do meio ambiente. O plantio da cana para produzir etanol, respeitado o zoneamento ecológico, permite substituir petróleo e, portanto, reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O importante é não desmatar onde não se deve e cultivar a terra de modo adequado. O certo é que não haverá desenvolvimento algum no futuro se continuarmos a agir predatoriamente, pois o aquecimento global se encarregará de transformar áreas chuvosas em desertos e fará inundações onde antes isso nunca ocorreu. A hora das decisões é agora, em Copenhague.